

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ENFERMAGEM
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PEDAGÓGICA NAS ETSUS**

**REVISÃO DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA CAPACITAÇÃO
PEDAGÓGICA A DISTÂNCIA OFERECIDO PELA ESCOLA DE SAUDE
PUBLICA DO ESTADO E MINAS GERAIS**

Jomara Aparecida Trant de Miranda

BELO HORIZONTE

2013

Jomara Aparecida Trant de Miranda

**REVISÃO DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA CAPACITAÇÃO
PEDAGÓGICA A DISTÂNCIA**

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas ETSUS – CEGEPE, realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais, ETSUS Polo Belo Horizonte, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof^a Dra. Daclé Vilma Carvalho.

BELO HORIZONTE

2013

Ficha de Identificação da Obra
Escola de Enfermagem da UFMG

Miranda, Jomara Aparecida Trant de

Revisão do conteúdo programático da capacitação pedagógica a distância .
[manuscrito] / Jomara Aparecida Trant de Miranda. - 2013.

25 f.

Orientadora: Daclé Vilma Carvalho.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas
Escolas Técnicas do SUS, realizado pela Escola de Enfermagem da Universidade
Federal de Minas Gerais. ETSUS - Pólo Belo Horizonte-MG, para obtenção do título de
Especialista em Gestão Pedagógica.

1. Educação Profissional em Saúde Pública. 2. Educação Profissionalizante/
organização & administração. 3. Educação em Saúde. 4. Educação a Distância. I.
Carvalho, Daclé Vilma. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de
Enfermagem. Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do
SUS. III. Título.

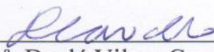
Elaborada por Maria Piedade F. Ribeiro Leite – CRB6/601

Jomara Aparecida Trant de Miranda


**REVISÃO DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA CAPACITAÇÃO
PEDAGÓGICA A DISTÂNCIA OFERECIDA PELA ESCOLA DE SAÚDE
PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Trabalho apresentado ao Curso de
Especialização em Gestão Pedagógica nas
ETSUS, realizado pela Universidade Federal
de Minas Gerais, ETSUS Pólo Belo
Horizonte/MG.

BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a. Dr.^a. Daclé Vilma Carvalho (Orientadora)



Prof.^a. Dr.^a. Kênia Lara Silva

Data de aprovação: 13 de julho de 2013

Belo Horizonte - MG
2013

Agradecimentos

Manifesto meu agradecimento aos meus ilustres amigos do Núcleo de Educação Profissional em Saúde da Escola de Saúde Pública do estado de Minas Gerais que fizeram do ambiente de trabalho espaço para se discutir e dividir inquietações ao longo de todo o processo de construção deste trabalho. Aos meus pais e amigos próximos que sempre torcem pelos meus passos certos. À orientadora Daclé Vilma Carvalho que soube responder às minhas dificuldades e avançar comigo na conclusão deste projeto. Finalizo meus agradecimentos cumprimentando os colegas das escolas técnicas do SUS do Espírito Santo que cursaram essa pós- graduação conosco e nos proporcionaram momentos de trocas de experiências e novas visões acerca da formação em serviço, além da convivência harmoniosa.

RESUMO

A Escola de Saúde Pública do estado de Minas Gerais (ESP-MG) oferece aos docentes dos seus cursos técnicos capacitação pedagógica a distância desde 2011. Apresenta como aspectos dificultadores a evasão de seus alunos e o distanciamento do conteúdo programático desses cursos da realidade profissional prática dos futuros docentes. Este projeto de intervenção propõe como objetivo a revisão do conteúdo programático dessa capacitação pedagógica. Optou-se por oficinas como eixos centrais da metodologia dessa intervenção, enquanto espaços de discussão para reconstrução do conteúdo trabalhado no curso vigente, levando em conta a trajetória da educação profissional no país, assim como a formação dos docentes que atuam nessa modalidade de ensino e as especificidades da ESP-MG enquanto escola técnica do SUS. Assim, espera-se nessa intervenção que um novo conteúdo possa ser elaborado em equipe, melhorando assim a qualidade da qualificação em tela, aprimorando o desempenho do docente nos cursos profissionais e conseqüentemente os serviços prestados pelo SUS.

Palavras chaves: Educação Profissional. Capacitação Pedagógica. Educação a distância

ABSTRACT

The School of Public Health of the State of Minas Gerais (ESPMG) provides to teachers of its technical courses a pedagogical training course in the distance modality since 2011. The course presents as problematic issues evasion of their students and a gap between its program content and professional reality of these future educators. This intervention project proposes as objective a program content's review of this pedagogical training. Workshops were chosen as main methodology of intervention, as discussion spaces for reconstruction of the course, considering the trajectory of professional brazilian education, as well as the training of teachers engaged in this model of education and the specifics of ESPMG while a technical school of the Brazilian Health Unified System (SUS). It's expected a new program content elaborated by a team increasing the quality of pedagogical training to improve teachers performance and consequently the health assistance provided by SUS.

Key-words: Professional Education. Pedagogical Training. Distance education.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO -----	07
2.OBJETIVO -----	11
3.CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA -----	12
4.MATERIAL E MÉTODO -----	15
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	17
6.ORÇAMENTO -----	18
7.CRONOGRAMA -----	19
REFERÊNCIAS -----	20
ANEXO -----	22

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei 8.080 de Setembro de 1990, mudou a configuração do atendimento ao cidadão brasileiro em relação à saúde. Definiu como a assistência seria realizada, ampliou o atendimento para toda a sociedade brasileira utilizando princípios como o da universalidade e da igualdade de acesso à assistência, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. O SUS surgiu com a finalidade de alterar a situação de desigualdade na assistência à saúde da população, propondo a promoção à saúde, voltada para a prevenção e democratizando as informações esclarecendo à população seus direitos e os riscos a sua saúde.

Para o alcance das finalidades do SUS e manter a qualidade dos serviços prestados constatou-se a necessidade não só da formação de novos profissionais, mas, fundamentalmente de qualificar os servidores já inseridos nessa assistência para que atendessem os usuários do serviço com a qualidade prevista em lei. Portanto a atenção dos gestores deve estar voltada para Educação Permanente em Saúde.

A Educação Permanente em Saúde é uma proposta político-pedagógica que coloca o trabalho do SUS em constante análise, criando espaços coletivos para a reflexão e avaliação do que se produz no dia a dia nos ambientes de trabalho da saúde. O objeto de transformação é o sujeito no processo de trabalho, orientado para melhoria da qualidade da atenção à saúde. Essa política norteia o trabalho das Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), as quais se dedicam à formação ensino-serviço dos trabalhadores da saúde pública. Portanto, a educação permanente precisa ser entendida como uma prática de ensino-aprendizagem, mas também como uma política de educação na saúde que tem em vista a melhoria do trabalho.

As Escolas Técnicas do SUS estão vinculadas a diversos conceitos e legislações que as definem como tais, sendo escolas setoriais da saúde, criadas para atenderem a demanda de formação dos trabalhadores do SUS, que têm escolaridade de níveis médio e básico. As ETSUS, são, em maioria, vinculadas à secretarias estaduais ou municipais e oferecem cursos que buscam aprimorar a atuação dos servidores no SUS, enquanto serviço gratuito e universal, além de buscar qualidade no atendimento ao usuário.

A Política Nacional de Educação Permanente, umas das legislações mencionadas acima, na Portaria nº 1996 de 2007, direciona a implementação dessa política e em seu anexo III define que o plano de formação pedagógica para os docentes que atuarão no cursos

técnicos oferecidos pelas Escolas técnicas do SUS, deverão ter no mínimo 88 (oitenta e oito) horas. Diante dessa determinação, a ESP-MG, por atuar em todo o estado de Minas Gerais, composto por 853(oitocentos e cinquenta e três) municípios, optou por realizar essa capacitação semi presencialmente, sendo oito (oito) horas presenciais e outras 80 (oitenta) a distância por meio de plataforma virtual de aprendizagem . Esse curso, oferecido desde agosto de 2011, trabalha conteúdos relacionados à formação ensino-serviço e às práticas pedagógicas consideradas importantes para os docentes envolvidos nesse processo de ensino-aprendizagem.

Não havia outra forma de atender a determinação da portaria mencionada, se não fosse na modalidade de Educação a distância, já que seria inviável deslocar-se aos mais de 10 municípios atendidos para oferecê-la presencialmente. Ainda hoje, essa mesma qualificação é oferecida para os docentes contratados pela ESP-MG para atuarem em seus cursos técnicos e apenas passou por revisões superficiais, em atividades e tempo de duração, e adaptativas à algumas realidades diferentes dos cursos. Há evasão significativa no curso por EAD e os tutores têm intenso trabalho a fim de atraírem os alunos para concluírem a capacitação. Os conteúdos da capacitação atual estão muitas vezes desligados da prática diária do profissional de saúde a ser qualificado, fator que também contribui para a qualidade duvidosa da capacitação em tela e deixa dúvidas se realmente contribui para a atuação docente desses profissionais nos cursos técnicos oferecidos pela ESP-MG.

Diante do exposto considera-se de fundamental importância a revisão do conteúdo programático para torná-lo mais coerente com as atividades dos futuros docentes e, conseqüentemente, mais atrativos para quem vai realizá-la.

Justificativa

Os profissionais da saúde contratados para atuarem nos cursos técnicos oferecidos pela ESP-MG não são docentes e por vezes não tiveram experiência com a docência em nenhum momento da trajetória profissional, além da vivência enquanto aluno, seja de graduação ou educação básica. Além disso, o trabalho que a ESP-MG realiza é diferente das instituições comuns de formação técnica, considerando que a formação dessa é em serviço, sendo o aluno também um profissional do SUS. É preciso ressaltar que a capacitação em tela deve considerar todos esses fatores e ainda trabalhar todos os conceitos e referenciais que a ESP-MG utiliza em seu Projeto Político Pedagógico a fim de nortear a educação permanente em

seus cursos. O conteúdo programático da atual capacitação foi elaborado apenas por um grupo de pedagogas e não foi discutido por técnicos e outros envolvidos no processo de formação de nível técnico.

Nesse ínterim, justifica-se a revisão desse conteúdo para que a nova capacitação contemple todos os pontos aqui relatados, sendo resultado de discussões de um grupo profissional diversificado, cada qual com sua contribuição, tornando-a compatível com a realidade do docente a ser capacitado e retratando o trabalho e missão da ESP-MG enquanto Escola Técnica do SUS.

2. OBJETIVO

Revisar o conteúdo programático da Capacitação Pedagógica a distância oferecida pela ESP-MG.

3- CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

A formação do docente da educação profissional nunca foi muito valorizada pela universidade, não se pensa em qualificar os profissionais que atuam nessa modalidade de educação, a qual exige um perfil diferenciado e específico. (CORDÃO, 2011). A história da educação brasileira, o que inclui a profissional, é marcada pela oscilação entre duas vertentes: a pragmático, que busca subordinar a educação aos interesses imediatos da realidade do momento, e o de uma pedagogia da práxis, que busca formação comprometida com a construção de um futuro justo e um modelo de formação que favoreça os processos de qualificação dos trabalhadores como também humanos que são. A educação técnica apresenta características específicas, surgindo como assistencialista para atender aqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, impossibilitando-os assim de seguirem caminhos lícitos. No início do século XX, houve um incentivo público a essa formação, voltando-a para a formação de operários para o trabalho, considerando a necessidade de mão de obra em uma era de indústrias. Com o fortalecimento da indústria e da necessidade crescente de formação para o trabalho, foram instauradas legislações que incentivaram a educação como um todo e concomitante a educação profissional. (GARCIA, MOURA ,RAMOS, 2007)

A elaboração de Leis de Diretrizes e Bases da Educação, sendo a primeira de 1961, que regulamentaram a educação nacional e definiram diferenças entre os docentes que atuavam na educação formal e na profissional. Só em sua última versão de 1996 trouxe de fato especificações para a educação profissional, que está fora da educação chamada de básica e da superior, classificando-se como modalidade diferenciada de ensino. Em 1997 a educação profissional é regulamentada por meio do decreto 2208/97, que estabeleceu diretrizes mais específicas para tal, voltando-a para o aprimoramento dos trabalhadores, formação humana e sua inserção no mercado de trabalho, estruturando-a:

(...)educação profissional passa a ser estruturada nos níveis: básico, que independe da escolaridade do trabalhador; técnico para os que tenham concluído o ensino médio (podendo cursar o ensino médio concomitantemente ao técnico, mas, o aluno só podendo receber o certificado de conclusão da habilitação técnica depois que tiver concluído toda a educação básica); e tecnológico correspondente ao ensino superior da área tecnológica. (PEREIRA, 2007, p.172)

Na trajetória da educação profissional, outro marco ocorreu recentemente, em 2012, em que ela foi regulamentada pela resolução nº 06 de 20 de setembro, que determinou Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e

estabeleceu como seria ofertada essa modalidade e ainda como a formação para os docentes que atuariam nesse contexto deveria ocorrer. Retorna-se então á formação docente para a educação profissional, na qual aprofundaremos, a fim de entendermos quem é esse docente e a necessidade de formá-lo com qualidade e não de forma emergencial como foi realizada ao longo da história. Na área da saúde, na qual a ESP-MG está inserida como formadora dos servidores do SUS, com início em 1999, foi realizado o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (PROFAE). O PROFAE ofereceu um curso de qualificação pedagógica em educação profissional para que enfermeiros pudessem atuar nesse projeto enquanto formadores de diversos profissionais da enfermagem vinculados ao SUS.(REVISTA RET-SUS, 2011)

Mas ainda hoje, nota-se a ausência de preparo dos profissionais de saúde para docência. Esse breve resgate histórico, esclarece o perfil dos docentes dos cursos profissionalizantes, muitas vezes sem experiência docente. Por iniciativa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) foi aberto, em 2005, um fórum inicial de discussão da temática, a fim de propor e conduzir uma metodologia de trabalho que construa uma legislação e um quadro conceitual que orientem e normatizem tal formação docente, mas ainda tem caminhar indefinido.(BURNIER,2006)

A Revista da Rede de Escolas Técnicas do SUS trouxe em seu exemplar 46 de 2011, o questionamento de quem é esse docente que atua na educação profissional. Geralmente, um profissional de experiência vasta em sua área de atuação, experiência no campo específico em que vai atuar. Nota-se então que é um docente que se baseia no seu saber fazer e portanto sabe ensinar, mas não tem formação alguma em docência. Essa atuação termina por focar em uma formação técnica específica e não privilegia a formação do sujeito como um todo. A docência na educação profissional compreende um saber norteador que é a capacidade do conteúdo instrumentalizar a atividade profissional. A formação do docente da educação profissional deveria garantir a articulação dos saberes técnicos específicos e dos saberes didáticos assim como dos saberes de formação humana e interação dialógica.

As estratégias de formação de professores devem estar articuladas e contempladas em uma política pública de educação profissional consoante com a “urgência na formulação de uma política global de formação de profissionais da educação que articule formação inicial e continuada, plano de carreira e salários condignos”(MEC, 2003, p. 20)

Por falta de tempo ou até de um mais significativo comprometimento com as questões escolares, os aspectos legais e pedagógicos são colocados em segundo plano. Torna-se

importante lembrar que os profissionais de saúde, nas suas diversas formações, enfrentam dificuldades no trabalho.

As condições de trabalho, no âmbito hospitalar, há muito tempo têm sido consideradas inadequadas diante das particularidades do ambiente e das atividades insalubres executadas. A falta de qualificação, baixos salários, quadro insuficiente de pessoal, maior exposição a fatores de risco para a saúde e a convivência de funcionários sob regimes diversos dentro dos hospitais geram dificuldades no gerenciamento do sistema de saúde, reflete negativamente na qualidade da assistência prestada ao usuário e conseqüentemente, compromete a satisfação do profissional no trabalho. (LIMA JÚNIOR, ALCHIERI, MAIA.2009.)

Na formação ensino-serviço, currículo trabalhado pelas Escolas Técnicas do SUS esse profissional passa pela situação de docente e mantém vínculo precário e rápido com a instituição prestadora do curso. São professores sem formação pedagógica que se dividem entre a docência e outras atividades profissionais muitas vezes em condições precárias como foi relatado pelos autores acima citados. Nesse contexto o docente das ETSUS precisa ter conhecimento de políticas do SUS e também das vertentes que dão base à ETSUS referente, como Educação Permanente, Currículo Integrado, Abordagem Problematizadora, entre outros temas que caracterizam a ESP-MG e sua prática como tal.

A Educação Permanente em Saúde, política que prioriza a formação dos servidores do SUS, norteia todo o trabalho da ESP-MG e definiu em seu anexo III a obrigatoriedade da formação para o docente que atuará na formação técnica, descrita abaixo: "*O Plano de Formação Pedagógica para Docentes, por sua vez, deverá apresentar carga horária mínima de 88h*" (MINISTÉRIO DA SAÚDE,2009). É seguindo essa determinação que a capacitação pedagógica foi criada na instituição, por ser preciso considerar mais do que cursos profissionalizantes, mas metodologias e conteúdos específicos trabalhados pela ESP-MG, os quais terão que ser priorizados nesse curso, que será foco da intervenção desse projeto. A prática docente exige preparo e formação contínuos e planejamento rigoroso quando o qualificado não é docente e está trabalhando como tal, visando assim aproximar o saber docente da prática cotidiano do profissional.

4.MATERIAL E MÈTODO

4.1 Trata-se de um projeto de intervenção a ser desenvolvido na Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG) juntamente ao Núcleo de Educação a Distância e à equipe técnica e pedagógica que atua na educação técnica.

4.2 O projeto será desenvolvido em 7 etapas.

Primeira etapa: elaboração de um instrumento para avaliar o atual conteúdo programático.

Para elaboração deste instrumento serão convidados os profissionais da equipe técnico-pedagógica do Núcleo de Educação Profissional em Saúde: cinco pedagogas, três enfermeiros, uma dentista e uma nutricionista. Esse convite será feito oralmente em momento de reunião ordinária de setor a todos os membros da equipe que estiverem presentes. Será explicitado o objetivo do projeto, as etapas a serem desenvolvidas e destacada a importância da participação de todos.

Será então agendada uma reunião de trabalho com os profissionais que aceitarem participar do projeto (doravante denominada de Equipe técnica-pedagógica), tendo até quatro horas de duração e terá como produto um instrumento avaliativo. Este instrumento será testado por, no mínimo, dois profissionais desta equipe, juntamente com a coordenadora do projeto, para ajustes finais, se necessário.

Segunda Etapa: aplicação do instrumento de avaliação do conteúdo programático

A avaliação do conteúdo será realizada por profissionais que concluíram a capacitação pedagógica mais recentemente (outubro de 2012). Este grupo foi constituído por 127 dentistas. Os profissionais mencionados, estão locados em mais de trinta municípios mineiros, que atuam junto à ESP-MG no curso técnico de saúde bucal, enquanto professores práticos, teóricos e coordenadores nas cidades sedes que ocorrem esse curso. Todos os profissionais serão convidados, por e-mail, a participarem desta etapa avaliando o conteúdo programático da capacitação pedagógica a qual foram submetidos. Os que aceitarem deverão preencher o instrumento e assinar o TCLE (Anexo1) devolvendo por e-mail no prazo de 30 dias.

Terceira etapa: tratamento dos dados

Os dados obtidos por meio do instrumento serão agrupados por igualdade/semelhança pela mesma equipe que elaborou o instrumento para avaliação, gerando um relatório, sendo assim possível visualizar o panorama geral do que o conteúdo programático representou nessa qualificação e o que poderia ser modificado nele para melhor qualidade do curso. Esse segundo passo, ocorrerá em dois encontros, cada qual com aproximadamente quatro horas e terá como produto o relatório.

Quarta etapa: socialização do projeto e ampliação da equipe de trabalho

Momento reservado para ampliação do projeto a outro setor da ESP-MG, Núcleo de Educação a Distância (NEAD), que é responsável pelo funcionamento da educação a distância na escola, tanto pelo suporte técnico aos alunos dessa modalidade, como pela implementação de novos cursos e alterações dos conteúdos na plataforma virtual. Será enviado por e-mail institucional o convite à coordenadora do NEAD, pedagoga com especialização em Educação a distância, extensivo à designer instrucional, psicopedagoga e especialista em Educação a distância, para conhecerem o projeto e serem convidados a participarem das próximas etapas junto à equipe inicial.

Nesse convite, constará o objetivo e a metodologia do projeto com explicitação das etapas já realizadas. Os profissionais que o aceitarem, participarão de uma reunião de quatro horas, que contará também com os profissionais da equipe inicial do projeto para socialização dos resultados da avaliação e organização do trabalho proposto.

O relatório construído na terceira etapa será entregue aos participantes juntamente ao conteúdo programático existente. Será o momento para discussões e considerações acerca do curso existente e assim, o grupo definirá um calendário para realização das oficinas a fim de construir os novos conteúdos para capacitação em foco.

Quinta etapa: oficinas para construção do novo conteúdo programático para capacitação pedagógica

Essas oficinas constituirão espaços de discussão e construção de conhecimentos, como as define CANDAU, *“tempo-espaco para vivência, a reflexão, a conceitualização; como síntese do pensar, sentir e agir. Como “o” lugar para a participação, a aprendizagem e*

a sistematização dos conhecimentos” (González 1987, apud Candau, 1995, p. 117)

Terão como estratégia a discussão e diálogo, mediados por uma pedagoga do NEPS a ser definida, sendo registrada uma ata do que foi discutido, enquanto um voluntário do grupo registra as mudanças sugeridas e definidas em oficina, assim como os produtos desejados de cada encontro.

Serão 3 oficinas nessa etapa, cada uma com duração de oito horas aproximadamente, e serão divididas da seguinte forma:

1ª Oficina – Tem como objetivo selecionar com o grupo os temas que permanecerão no conteúdo programático existente de acordo com as experiências dos envolvidos e da avaliação mencionada anteriormente e assim dispensar o que não está de acordo com a ideia do novo conteúdo programático.

2ª Oficina – Selecionar os novos conteúdos a serem trabalhados na capacitação pedagógica e justificar cada um deles junto à equipe e aproximar cada vez mais o curso da realidade prática dos profissionais a serem capacitados e fazer sentido na atuação deles enquanto docentes contratados pela ESP-MG.

3ª Oficina – Finalização da seleção dos conteúdos do curso e últimos acertos junto à equipe do novo conteúdo programático a ser trabalhado na Capacitação Pedagógica para profissionais da saúde.

Sexta etapa : avaliação do novo conteúdo programático

O resultado das oficinas constituirá em um novo conteúdo programático da capacitação pedagógica da ESP-MG. Os profissionais que responderam a avaliação inicial serão novamente convidados a participar desta etapa avaliando o novo conteúdo programático elaborado, através do mesmo instrumento utilizado na primeira etapa. O processo de envio será o mesmo inicial, por e-mail, juntamente com o novo conteúdo programático e terá o mesmo prazo para resposta, trinta dias.

Sétima etapa: reajustes do novo conteúdo programático.

Após o retorno das avaliações do conteúdo proposto estas serão apresentadas para toda

a equipe das oficinas e como resultado dessa reunião, que terá duração de três horas, espera-se considerações e alterações sugeridas e o retorno da proposta avaliada para análise e ajustes junto a equipe que a construiu (Equipe técnica-pedagógica) com base no questionário preenchido.

Plenária : socialização do novo conteúdo programático

Com os últimos ajustes feitos, será realizada uma plenária, com duração de duas horas, envolvendo toda a equipe técnica-pedagógica do projeto, a fim de socializar o novo conteúdo programático produzido. Serão convidados por e-mail a participarem desse momento, os docentes que responderam ao instrumento de avaliação do conteúdo anterior.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se necessário ressaltar que a Educação Permanente em Saúde é uma das prioridades da formação dos servidores do SUS e conseqüentemente do trabalho da ESP-MG com destaque para a formação do docente que atuará na formação dos técnicos. A prática docente exige preparo e formação contínuos e com material didático de qualidade. Espera-se que, com a reformulação do conteúdo programático dos cursos de formação pedagógica da ETSUS-MG haja maior aproximação do saber docente à prática cotidiano do profissional.

6. ORÇAMENTO

O orçamento desse projeto se resume em gastos com materiais de escritório e reprografia e com lanche em nove momentos, totalizando R\$ 2.323,00. Vê-se abaixo a especificação dos gastos.

Etapa do Projeto	Duração dos encontros	Número de participantes	Valor estimado do lanche por pessoa\dia	Valor estimado do lanche por encontro
1º etapa	4 horas	13 profissionais	R\$11,00	R\$143,00
3º etapa	4 horas	13 profissionais	R\$11,00	R\$143,00
	4 horas	13 profissionais	R\$11,00	R\$143,00
4º etapa	4 horas	13 profissionais	R\$11,00	R\$143,00
3 Oficinas	8 horas	13 profissionais	R\$ 22,00 (2 x R\$11,00)	R\$ 286,00 *
7º Etapa	3 horas	13 profissionais	R\$11,00	R\$143,00
8º Etapa	2 horas	40 profissonais	R\$11,00	R\$440,00
Total previsto: R\$ 2013,00				
* Valor multiplicado por três. São três oficinas previstas.				

Material de escritório e serviços de reprografia

Material/serviço	Quantidade	Valor previsto
Papel A4	500 Folhas	R\$ 15,00
Caneta	15 unidades	R\$ 15,00
Toner(tinta)	1 unidade	R\$ 240,00
Cópias	400 cópias	R\$ 40,00
Total previsto: R\$310,00		

O custo total de 2.323,00 para a implementação do projeto deverá ser pago pelo recurso voltado para os cursos do Núcleo de Educação Profissional em Saúde, fonte federal, advindo da Política Nacional de Educação Permanente

7. CRONOGRAMA

Ação	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06
Primeira Etapa	X					
Segunda Etapa	X	X				
Terceira Etapa			X			
Quarta Etapa			X			
Quinta Etapa				X	X	
Sexta Etapa					X	
Sétima Etapa						X
Plenária						X

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. M. L. Formação de Docentes para a Educação Profissional e Tecnológica: por uma pedagogia integradora da educação profissional. In: ROSÁRIO, M.J.A; ARAÚJO, R.M.L. (Org.). Políticas Públicas Educacionais. 1 ed. Campinas - SP: Editora Alínea, 2008, v. 1, p. 21-35.

BURNIER, Suzana L. **A docência na educação profissional**. 2006. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de dez. de 1996. Seção 1. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br> > Acesso em: 05 de abr. 2013.

_____. Ministério da Educação. Documento-Base do Seminário “Educação Profissional: concepções, experiências, problemas e propostas”. Brasília: MEC, 2003. p. 20.

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 de ago. 2007. Seção 1. p. 13. Disponível em: < <http://portal.saude.gov.br> > Acesso em: 10 de abr. 2013.

_____. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 de jul. de 2008. Seção 1. p. 5. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br> > Acesso em: 12 de abr. 2013.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. *Política Nacional de Educação Permanente em Saúde*. Série B. Textos Básicos de Saúde. Série Pactos pela Saúde 2006, v. 9. 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação. Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 de set. 2012, Seção 1. p. 22. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br> > Acesso em: 05 de abr. 2013.

CANDAU, Vera Maria et al. **Oficinas pedagógicas de direitos humanos**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

FÓRUM DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. **A formação de professores para a educação profissional**. Brasília-DF. Agosto de 2004.

GONZALEZ CUBELLES, M. T. **El Taller de los Talleres B**. Aires: Talleres Gráficos de Indugraf, 1987.

LIMA JUNIOR, Joel; ALCHIERI, João Carlos; MAIA, Eulália Maria Chaves. **Avaliação das condições de trabalho em Hospitais de Natal, Rio Grande do Norte, Brasil**. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*,43(3).

MINAS GERAIS. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. **Projeto Político Pedagógico**, Belo Horizonte, 2012.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 106-127.

Anexo 1



Pesquisador Responsável: Jomara Aparecida Trant de Miranda
Endereço: Rua Uberaba, 780. Barro Preto CEP: 30 180080 – Belo Horizonte– MG Fone: (31) 32957990
E-mail: educacaoprofissional@esp.mg.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **RECONSTRUÇÃO DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA CAPACITAÇÃO PEDAGÓGICA A DISTÂNCIA**. Nesse estudo pretendemos revisar o conteúdo programático da Capacitação Pedagógica a distância oferecida pela ESP-MG

Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos: Aplicação de um instrumento avaliativo do conteúdo existente, com o qual você trabalhou no curso existente da instituição e oferecido para os docentes dos cursos profissionalizantes da ESP-MG. Posteriormente, o mesmo instrumento será reaplicado para avaliação do novo conteúdo construído em oficinas com a equipe envolvida na oferta e elaboração do curso de qualificação em tela. Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pela pesquisadora.

Como pesquisadora, irei tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar desse estudo.

Este termo de consentimento será enviado e recebido de volta por e-mail, forma reconhecida como validade documental. Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo “RECONSTRUÇÃO DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA CAPACITAÇÃO PEDAGÓGICA A DISTÂNCIA”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. **Declaro que concordo em participar desse estudo. Foi-me dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.**

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2013.

Nome participante _____ E-mail:

Nome da pesquisadora _____ MASP:

Nome da testemunha _____ RG: